

O currículo da educação infantil em uma escola no município de Abaetetuba

Daniela Pantoja do Amaral¹
Leilianne Mac Dovel Ribeiro²

Resumo: Este artigo é obra de uma pesquisa de campo realizada durante a disciplina Teoria do Currículo, a qual foi efetuada em uma Escola de Educação Infantil localizada na zona urbana do Município de Abaetetuba-Pará. A pesquisa teve como objetivos relacionar as teorias aprendidas em sala de aula, às práticas desempenhadas na escola pesquisada; analisar as perspectivas de currículo, dentro de aspectos importantes que implicam na formação cognitiva e social das crianças dentro da comunidade escolar. Para tanto, foi priorizado documentos oficiais como Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNs), Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), bem como autores como BUJES (2001) e YOUNG (2014). Sendo assim, foi considerado termos que ressaltam a formação curricular dentro dos padrões das DCNs como por exemplo, a infraestrutura da escola, os temas transversais abordados na formação das crianças, a adaptação do currículo. Como resultados notamos que a escola busca trabalhar com as crianças o que os documentos oficiais sugerem, onde procuram adequar os conteúdos de acordo com a realidade desses sujeitos. Percebemos sobre tudo o compromisso dos educadores com a formação integral das crianças nos diversos âmbitos.

Palavras-chave: Currículo. Educação Infantil. Escola.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O presente artigo foi elaborado a partir de dados coletados em uma pesquisa de campo realizada durante a disciplina Teoria do Currículo, na Escola de Educação Infantil Maria Lorenza Civalleri, localizada na Rua Valeriano Germano, nº 1550 (Município de Abaetetuba-PA). A pesquisa teve como objetivos relacionar as teorias estudadas em sala, com as práticas trabalhadas na escola pesquisada e analisar como o currículo da Educação Infantil é adequado à realidade da comunidade escolar.

¹ Graduanda de Licenciatura Plena em Pedagogia. UFPA – Campus Universitário de Abaetetuba. E-mail: danny1617amaral@gmail.com

² Graduanda de Licenciatura Plena em Pedagogia. UFPA – Campus Universitário de Abaetetuba. E-mail: leilianne.ribeiro@gmail.com

EDUCAÇÃO INFANTIL: UM BREVE HISTÓRICO

A Educação Infantil como uma modalidade séria de ensino antes não era vista como uma base importante para a formação das crianças, como bem pontua Bujes (2001):

Durante muito tempo, a educação da criança foi considerada uma responsabilidade das famílias ou do grupo social ao qual ela pertencia. Era junto aos adultos e outras crianças com os quais convivia que a criança aprendia a se tornar membro deste grupo, a participar das tradições que eram importantes para ele e a dominar os conhecimentos que eram necessários para a sua sobrevivência material e para enfrentar as exigências da vida adulta. Por um bom período na história da humanidade, não houve nenhuma instituição responsável por compartilhar esta responsabilidade pela criança com seus pais e com a comunidade da qual estes faziam parte. Isso nos permite dizer que a educação infantil, como nós a conhecemos hoje, realizada de forma complementar à família, é um fato muito recente. (p. 13)

Pode-se perceber que até nesse período a Educação Infantil não era concebida como a primeira etapa da educação básica, aonde apenas a família era responsável na educação das crianças. Bujes (2001, p. 13) afirma que esse quadro mudou pois “se modificaram na sociedade as maneiras de se pensar o que é ser criança e a importância que foi dada ao momento específico da infância”. Essa autora explica sobre o surgimento das instituições de educação infantil, enfatizando que:

Esteve de certa forma relacionado ao nascimento da escola e do pensamento pedagógico moderno, que pode ser localizado entre os séculos XVI e XVII. A escola, muito parecida com a que conhecemos hoje, organizou-se porque ocorreu um conjunto de possibilidades: a sociedade na Europa mudou muito com a descoberta de novas terras, com o surgimento de novos mercados e com o desenvolvimento científico, mas também com a invenção da imprensa, que permitiu que muitos tivessem acesso à leitura (da Bíblia, principalmente). A igreja teve um papel importante na alfabetização e, em virtude das disputas religiosas entre católicos e protestantes, os dois lados se esforçaram para garantir que os seus fiéis tivessem um mínimo da leitura e da escrita. É preciso lembrar que, com a implantação da sociedade industrial, também passaram a ser feitas novas exigências educativas para dar conta das novas ocupações no mundo do trabalho. (...) As creches e pré-escolas surgiram depois das escolas e o seu aparecimento tem sido muito associado com o trabalho materno fora do lar, a partir da revolução industrial. (BUJES, 2001, p. 14)

A partir do momento em que as primeiras escolas foram criadas, houve um aumento na procura do serviço, e de acordo com a citação acima, o crescimento populacional bem como o avanço científico foram decisivos para que esse quadro mudasse. E para que o Estado dê conta desse serviço, é importante que haja leis para assegurarem o direito das crianças em estudar, a respeito disso Carmem Maria Craidy (2001), explica:

As leis são consequência de propostas que podem ser originárias do próprio governo ou de setores da sociedade organizada. Elas são sempre votadas no poder legislativo, ou seja, no Congresso Nacional, quando são leis federais, na Assembleia Legislativa, quando são leis estaduais e na Câmara de Vereadores quando são leis municipais. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional é uma lei federal por isso foi votada no Congresso Nacional (Câmara de Deputados e Senado Federal) e é válida para todo o País. Ela teve uma longa tramitação que durou oito anos e envolveu muitos setores da sociedade e do governo, o que exigiu muitas negociações para conseguir aprová-la. Esse processo complexo de propostas e negociações foi longo e difícil porque são muitos os interesses em torno da educação, que é uma área que atinge a toda a população e que, portanto, é do interesse de todos. As leis estaduais e as leis municipais deverão ser adaptadas a ela. Essa adaptação está sendo feita neste momento e é por isso que há tantas discussões e interrogações sobre a Educação Infantil. (p. 24)

A Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional (LDB), na Seção II sobre a Educação Infantil expõe:

Art. 29. A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

Art. 30. A educação infantil será oferecida em: I – creches, ou entidades equivalentes, para crianças de até três anos de idade. II – pré-escolas, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010), o reconhecimento da Educação, como direito das crianças, se dá a partir da Constituição de 1988, com o atendimento à creches e pré-escolas, onde esta conquista foi obtida a partir de muitos movimentos sociais, além das próprias lutas dos profissionais da educação. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil:

Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que pretende para a

aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com participação, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar.” (2010, p.13)

As Diretrizes Curriculares Nacionais são importantes para ajudar no modo como será organizado o currículo escolar, pois o mesmo tem diversas áreas que ajudam a manter um determinado padrão em relação ao que será estudado nos vários níveis de ensino, como por exemplo, na educação infantil tem diversos temas que o Ministério da Educação (MEC) organiza para ser abordado de acordo com cada faixa etária. De acordo com esse documento oficial, a Educação Infantil é:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. (2010, p. 12)

No que tange à temática Currículo, segundo as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil pode-se dizer que este é:

Um conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (2010, p. 12)

Porém, ao voltar à história, dois grandes exemplos são encontrados: Inglaterra e Estados Unidos. Young (2014) aponta que nos Estados Unidos F. W. Taylor desenvolveu sua teoria com base no gerenciamento científico. Em seguida, a mesma foi aplicada às escolas. Os teóricos do currículo tinham o “poder” de dizer aos professores o que deveriam ensinar. Era como se fossem trabalhadores manuais. Acreditavam que oferecendo instruções sistemáticas adequadas aos trabalhadores, em outras palavras, treinando-os haveria possibilidade de fazê-los produzir mais e com melhor qualidade. É por isso que muitos departamentos de currículo nas universidades estadunidenses chamam-se “Departamento de Currículo de Instrução”. Na Inglaterra a situação era bem diferente; havia uma visão elitista e complacente do que deveria ser ensinado, partindo de duas premissas: a primeira era de uma teoria não necessária; a segunda era que os alunos não aprendiam porque lhes faltavam inteligência. Essas tradições perderam sua credibilidade nos

anos de 1960 e 1970. Na concepção desses países a escola deveria ser mais eficiente do que as fábricas.

CAMINHOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi realizada na Escola de Educação Infantil Maria Lorenza Civalleri, fundada em 28 de Agosto de 2007 sendo esta localizada na Rua Valeriano Germano, nº 1550, no Município de Abaetetuba-PA, esta escola foi escolhida, pois acreditou-se que poderíamos encontrar as respostas para as indagações que surgiram durante a pesquisa.

O procedimento inicial consistiu no levantamento bibliográfico sobre as temáticas Educação Infantil e Currículo, pois segundo Deslandes (2015, p. 26) “o trabalho de campo consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa”, ou seja, não se deve fazer uma pesquisa sem antes termos uma base teórica sólida, pois pode-se encontrar respostas para possíveis questionamentos que surgirem durante a pesquisa.

Em seguida, utilizamos as técnicas de observação e aplicação de entrevista semiestruturada, que foram direcionadas à diretora e às professoras da escola pesquisada. De acordo com Deslandes (2015), estes são dois instrumentos principais no trabalho de campo, pois permitem ao pesquisador ter um maior conhecimento do que está sendo pesquisado. Para essa autora, a entrevista semiestruturada é uma conversa que “combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada” (p.30). Os objetos utilizados durante a pesquisa foram: celulares, (para tirar fotos e gravar as entrevistas), bem como canetas e cadernos para anotações da observação feita.

A partir das entrevistas e das observações feitas, separamos por tópicos o que mais chamou-nos atenção:

A INFRAESTRUTURA ESCOLAR

Sobre a infraestrutura, podemos dizer que escola pesquisada, está de acordo com o padrão das Diretrizes Curriculares Nacionais, pois este documento diz que as instituições deverão prever condições para o trabalho coletivo e para a organização de materiais, espaços com acessibilidade, materiais, objetos, brinquedos e instruções para as crianças em geral, incluindo as que possuem alguma deficiência física ou mental.

A escola analisada possui dois blocos de salas para atender as crian-

ças, sendo que o primeiro é composto pela secretaria, sala de professoras (a qual não é muito frequentada, pois as mesmas passam mais tempo nas salas de aula com as crianças), e salas para as crianças do maternal, todas estas são equipadas com banheiros, bebedouros, cantinho do nariz (espaço para higienização do nariz) e o escovódromo (espaço para escovação de dentes). O segundo bloco é composto de salas para alunos do 1º e 2º períodos, estas também são equipadas com bebedouros, cantinho do nariz e escovódromo, porém o banheiro fica do lado de fora dessas salas, pois de acordo com a Diretora, os alunos precisam aprender a ter autonomia a sair da sala e irem sozinhos ao banheiro.

Neste segundo bloco estão a sala de leitura, a sala de vídeo (que antes era a sala de informática), a brinquedoteca (onde percebemos o desgaste dos brinquedos e por falta de recursos, ainda não foram trocados) e um pequeno depósito que abriga materiais e objetos que não são utilizados. A escola também possui uma copa, um depósito para a merenda escolar, um banheiro externo (o qual é utilizado apenas quando há eventos), um pequeno salão para atividades de lazer das crianças e um espaço externo onde a direção está desenvolvendo um projeto para construção de um parquinho.

ADAPTAÇÃO DO CURRÍCULO

Em relação à matriz curricular enviada pela Secretaria Municipal de Educação (SEMEC) à escola visitada, a diretora relatou que após o recebimento dos livros e ou materiais de apoio (quando estes eram enviados regularmente), as professoras faziam uma seleção dos conteúdos propostos a serem ensinadas às crianças. E a partir daí, adaptavam os assuntos à realidade das mesmas em conformidade com a estrutura que a escola dispõe; a diretora também mencionou que as professoras do maternal produzem seus próprios materiais de trabalho, haja vista que o livro didático não é enviado à escola há dois anos. A diretora nos relatou que todos os anos o Corpo Docente foca em Projetos, os quais são criados de acordo com as necessidades dos alunos e alunas. Tais Projetos são bem elaborados e funcionam porque as professoras se empenham para executá-los, ficou claro a preocupação delas com a educação e o caráter das crianças, onde percebemos o compromisso e dedicação por parte das mesmas com seus alunos e alunas. Entendemos sobretudo que o corpo docente da escola não está interessado em fazer do espaço escolar um “recipiente” que abriga alunos, livros e professores, mas que busca torná-lo um ambiente com “conteúdo” pois ele mesmo é educativo.

TEMAS TRANSVERSAIS

Os temas transversais fazem parte dos Parâmetros Curriculares Nacionais, e esses temas correspondem as questões importantes que estão presentes de várias formas na vida dos alunos no contexto da escola. São questões que complementam os conteúdos escolares e referem-se à saúde, trânsito, ética, meio ambiente, pluralidade cultural, sexualidade.

Durante a entrevista realizada com a gestora da escola, perguntamos se os temas transversais são trabalhados e de que maneiras, a entrevistada respondeu: *A escola trabalha esses temas, pois achamos ser de fundamental importância para o aprendizado das crianças, desenvolvemos atividades referentes ao meio ambiente, trânsito que foram inseridos no currículo para darmos orientações sobre esses assuntos que consideramos pertinentes. Uma questão que não trabalhamos a respeito dos temas é a sexualidade, pois não vemos necessidade de trabalhar sobre isso pelo menos nesse momento.*

Na fala da gestora acima, percebe-se que a escola não desenvolve os temas transversais com tanta clareza ou prioridade, pois deixa de incluir temas considerados importantes para o aprendizado da criança. Onde estes são voltados para a compreensão e para a construção social, dos direitos e responsabilidades, ou seja, são temas que devem ser trabalhados de forma transversal, nas diferentes disciplinas ou áreas já existentes no currículo escolar.

Os temas transversais são assim chamados por não pertencerem a nenhuma disciplina específica, mas atravessam todas elas como se fossem pertinentes. A escola deveria inserir a questão da sexualidade em seu currículo, por que essa é uma questão relevante a ser discutida, não a questão sexual no viés da reprodução, mas no que tange a anatomia humana e assim discutir o comportamento e a afetividade garantindo a integridade e a dignidade do ser humano, para as crianças conhecerem seus corpos e expressarem seus sentimentos respeitando a si mesmos e ao outro.

PROJETOS DA ESCOLA

A escola visitada tem em seu currículo diversos projetos que auxiliam os seus alunos em várias áreas do seu desenvolvimento, os projetos são:

Projeto brincar: este projeto tem como objetivo o aprender brincando, onde cada turma da escola tem o seu dia e horário da semana para irem a brinquedoteca, a qual tem vários brinquedos e jogos educativos que ajudam no desenvolvimento social e intelectual das crianças.

Projeto da leitura: este projeto tem como objetivo despertar nos alunos o prazer pela leitura, ele é constituído pela *sala de leitura*, pelo *canto da leitura*, onde tem um em cada sala, e a *ciranda da leitura* este, diferente dos demais, é composto por uma parceria da escola com as famílias, onde o aluno leva em uma bolsa um livro para ler com a família e no dia seguinte retorna com o livro e socializa com os colegas a história do livro que levou para casa, essa dinâmica se repete cotidianamente até todos os alunos da turma participar.

Projeto higiene na escola: este projeto tem como objetivo trabalhar com os alunos a higiene pessoal, para ajudar os alunos foi criado em cada sala o *cantinho do nariz* onde tem lenços humedecidos e álcool em gel para que os alunos façam a limpeza do nariz de maneira correta e em seguida limpe bem as mãos, as salas também são equipadas com *escovódromo* este foi criado para que as crianças aprendam a escovar os dentes nos momentos certos e assim preveni possíveis doenças causadas por maus cuidados dos dentes. E nas salas há também cartazes demonstrando a maneira correta de lavar as mãos e os momentos certos que elas devem ser lavadas.

A AUTONOMIA DA ESCOLA

Cada escola tem o direito de adaptar o currículo que recebe de acordo como a realidade das crianças, pois bem sabemos que de acordo com o contexto social de cada localidade existem questões diferenciadas que precisam ser abordadas com cautela. Diante disso, percebemos a Escola Maria Lorenza, que o currículo recebido pela SEMEC local não tem sido suficiente para sanar as necessidades da escola, e assim a coordenação pedagógica busca reorganizar o currículo, inserindo assim as questões necessárias para a formação das crianças.

Segundo Moacir Gadotti no seu livro *Escola Cidadã*, essa autonomia da escola é indispensável para a mesma aperfeiçoar o ensino, isso inclui aspectos orçamentários, organizacionais, e entre outros. Gadotti (2008) afirma que muitas vezes as regras instituídas precisam ser repensadas para se instituir novas ferramentas que auxiliem na didática de ensino, correspondendo com a realidade de cada instituição, nas palavras do autor percebemos que essa autonomia não é uma “rebelião” com as questões burocráticas e administrativas com os órgãos que regem os padrões das escolas públicas, e sim uma forma de estabelecer uma harmonia entre escola, alunos, funcionários e a sociedade;

A luta pela autonomia da escola insere se numa luta maior da própria sociedade, portanto é uma luta dentro do instituído, contra o instituí-

do, para se instituir outra coisa. A eficácia dessa luta depende muito da ousadia de cada escola em experimentar o novo e não apenas de pensa-lo. Mas para isso é preciso percorrer um longo caminho de construção da confiança na escola e na capacidade dela resolver seus problemas por ela mesma, de se autogovernar. A autonomia se refere à criação de novas relações autoritárias existentes. (GADOTTI, 2008, p. 46)

Um ponto importante a ser discutido em relação a essa autonomia da escola, diz respeito ao compromisso governamental do Estado. Não podemos de forma alguma usar a liberdade da escola como pretexto para desresponsabilizar o governo com a educação, pois como bem sabemos, existem inúmeros casos de precariedade de instituições educacionais, onde muitas vezes os profissionais do local estão em péssimas condições de trabalho tentando amenizar a situação por falta de investimento dos órgãos responsáveis. Partindo disso, vemos em muitos casos à desvalorização da profissão docente, usando como fundamento a cobrança por serviços além do que lhe competem, muitos profissionais precisam procurar recursos próprios para cumprir tarefas que deveriam ser amparadas pelo governo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, podemos entender o currículo escolar como uma forma de direcionar as instituições a superar mecanismos defasados, e instituir novos métodos de ensino-aprendizagem que formem cidadãos críticos capazes de serem inseridos nas diversas áreas da sociedade. Percebemos também que o campo educacional requer a sensibilidade de percepção, para que se possa organizar uma prática curricular que seja eficiente, alcançando assim, os objetivos propostos pelos documentos oficiais que regem a educação do país.

Contudo podemos dizer que a escola Maria Lorenza Civalleri tem a educação de qualidade como um alvo a ser conquistado cotidianamente no ambiente escolar, social e comunitário. E que sempre busca a harmonia entre o seu corpo docente e técnico com a comunidade em que está inserida para que os seus alunos sejam alcançados por uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BUJES, Maria Isabel Edelweiss. Escola Infantil: Pra que te quero? In **Educação Infantil: pra que te quero?** / org. Carmem Maria Craidy e Gládis Elise P. da Silva Kaercher. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

BRASIL, [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : MEC, SEB, 2010.

CRAIDY, Carmem Maria. **Educação Infantil: pra que te quero?** / org. Carmem Maria Craidy e Gládis Elise P. da Silva Kaercher. – Porto Alegre: Artmed Editora, 2001.

DESLANDES, Suely Ferreira. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Suely Ferreira Deslandes, Romeu Gomes, Maria Cecília de Souza Minayo (Organizadora). 34 ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2015.

GADOTTI, Moacir. **Escola Cidadã**. Editora Cortez, 12^aed. 2008

YOUNG, Michael. **Teoria do Currículo: o que é e por que é importante?** Tradução de Leda Beck, revisão técnica e notas Paula Louzano. Cadernos de pesquisa v. 44, n. 151, p. 190-202 jan/mar. 2014.